

Formação inclusiva do professor nos cursos de Licenciatura em Química das Universidades Públicas Brasileiras

Inclusive training for teachers of Chemistry Licentiate Degrees on Brazilian Public Universities

Laura Firminio Sampaio

Instituto de Química – Universidade de Brasília
Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências –
PPGEC – Universidade de Brasília
laurafs.unb@gmail.com

Gina de Oliveira Mendonça

Instituto de Química – Universidade de Brasília
Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências –
PPGEC – Universidade de Brasília
gina.quimica@gmail.com

Simone Uler Lavorato

Instituto de Química – Universidade de Brasília
Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências –
PPGEC – Universidade de Brasília
simone.lavorato@terra.com.br

Isabella Guedes Martinez

Instituto de Química – Universidade de Brasília
Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências –
PPGEC – Universidade de Brasília
martinezisabellaquedes@gmail.com

Gerson de Souza Mól

Instituto de Química – Universidade de Brasília
Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências –
PPGEC – Universidade de Brasília
gmol@unb.br

Resumo

O cenário educacional contemporâneo tem evidenciado a relevância da inclusão nas escolas brasileiras. Sendo assim, promover a inclusão escolar é papel da comunidade escolar, do governo, da família e de toda a sociedade. No entanto, para que ocorra a inclusão faz-se necessário pensar na formação dos professores. Nesse sentido, este trabalho objetiva inventariar a oferta de disciplinas voltadas a preparação do professor nos cursos de licenciatura em química para atuar nesse contexto. Por meio desse inventário, é possível analisar a hipótese de que existe uma insuficiência na preparação e formação dos futuros professores para desenvolver seu trabalho dentro da perspectiva inclusiva.

Palavras chave: inclusão, formação de professores, licenciatura em química.

Abstract

Contemporary educational scenario has shown the relevance of inclusion in Brazilian schools. Therefore, promoting educational inclusion is a responsibility of the school community, the government, families and society. Nevertheless, for inclusion to be effective, it is necessary to reflect on teacher's training. In this sense, this study aims to catalogue the availability of courses designed to prepare teachers of the Chemistry Licenciature Degree to act in this context. Through this inventory, it is possible to analyse the hypothesis that there is an insufficient preparation and training of future teachers to develop their roles from an inclusive perspective.

Key words: inclusion, teacher's training, chemistry licenciature degree

Introdução

A inclusão escolar objetiva propiciar condições equânimes para aprender, sem preconceito e discriminação. A inclusão escolar é papel da comunidade escolar, do governo, da família e de toda a sociedade em geral. Para isso, é necessário o engajamento social, pois somente com empenho e comprometimento de todos é possível sua concretização. Pode-se afirmar que a inclusão escolar visa garantir que todos, com deficiência ou não, tenham acesso a uma educação de qualidade.

A exclusão, a segregação e a integração fizeram parte da trajetória para se chegar à inclusão que conseguiu espaço na sociedade considerando a contribuição da Constituição Brasileira de 1988, a da Declaração de Salamanca, a da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a da Lei Brasileira de Inclusão. Desde a década de 80, quando se iniciou o movimento da inclusão no Brasil, a educação inclusiva está, de fato, cada vez mais presente na escola atual.

Esse fato se deve à legislação vigente em constante avanço, às políticas públicas para efetivação dessas políticas e, principalmente, à mudança de visão e de atitudes por meio da sociedade. No entanto, esse processo só ocorreu porque as pessoas com deficiência se posicionaram na linha de frente das reivindicações políticas, o que representou um marco decisivo para as conquistas desse movimento. Segundo a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o lema: “nada sobre nós sem nós”, a defesa dos interesses políticos dos grupos que representam as pessoas com deficiência conseguiu, ao longo dos últimos anos, ampliar o seu espaço também no cenário político nacional. Essa participação ativa de pessoas com deficiência na definição de políticas públicas representa um grande avanço.

O indivíduo deve ser considerado como sistema vivo e holístico, com o poder de influenciar e ser influenciado pelo ambiente. Destaca-se assim, a relevância da interação social defendida por Vygotsky há muitos anos. Segundo Vygotsky (2001), que foi um dos primeiros estudiosos acerca do desenvolvimento das pessoas com deficiência, afirmava que o potencial humano é desenvolvido mediante a interação com o ambiente físico e social. Ou seja, o indivíduo constrói o conhecimento, de forma ativa, a partir dos conhecimentos que traz consigo.

Sendo assim, o processo de interação com o meio e com as outras pessoas é construído individualmente, de forma diferente. Quando o indivíduo é uma pessoa com deficiência, esse processo pode ser dificultado por barreiras comunicativas e atitudinais, criadas muitas vezes pela falta de conhecimento ou não disponibilização de recursos ou tecnologias assistivas, mote deste trabalho.

Nessa perspectiva, é essencial apresentar recursos, estratégias e metodologias que propiciem esse desenvolvimento. Considerando o indivíduo como sistema vivo e holístico, tem o poder de influenciar e ser influenciado pelo ambiente. Destaca-se assim, a relevância da interação social defendida por Vygotsky há muitos anos. Segundo Vygotsky (2001), que foi um dos primeiros estudiosos acerca do desenvolvimento das pessoas com deficiência, afirmava que o potencial humano é desenvolvido mediante a interação com o ambiente físico e social. Ou seja, o indivíduo constrói o conhecimento, de forma ativa, a partir dos conhecimentos que traz consigo.

O movimento pela inclusão não ocorre apenas no Brasil, pois, no mundo inteiro, começou há décadas e ganhou forças após a Conferência Mundial, realizada em março de 1990 em Jomtien na Tailândia. Nessa conferência nasceu a ‘Declaração Mundial de Educação para Todos’ propondo um sistema de ensino de qualidade para todos os estudantes, independente de suas diferenças ou de suas deficiências, proporcionando currículos que visassem o ensino de todos, atendendo às suas necessidades específicas.

Outro marco importante para a inclusão foi a Declaração de Salamanca, discutida, elaborada e aprovada em reunião realizada em outubro de 1994, em Salamanca na Espanha, com a participação de representantes de diversos países. De acordo com essa declaração:

- cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem;
- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;
- os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades;
- as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar por meio de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades;
- as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (ONU, 1994).

Outro grande marco nesse sentido foi a publicação do Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (SDH/PR, 2010) e seu Protocolo Facultativo assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Por meio deste decreto, a referida convenção adquiriu status de emenda constitucional.

Dentre outros marcos relevantes destaca-se a mais recente que foi a publicação em 6 de julho de 2015 a Lei nº 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, denominada como Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Segundo dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, publicados na Cartilha do Censo 2010 (BRASIL, 2012) considerando a população residente no país, 23,9% possuíam pelo menos uma das deficiências investigadas: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual.

Ainda de acordo com a referida cartilha, a deficiência visual apresentou a maior ocorrência entre os entrevistados, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10%, e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%.

Sendo assim, 45.606.048 brasileiros têm algum tipo de deficiência: visual, auditiva, física ou intelectual. Outro aspecto relevante é que 25.800.681 são mulheres e 19.805.367 são homens. No que se refere à localização da moradia, afirma-se que 38.473.702 pessoas com deficiência vivem em áreas urbanas e 7.132.347 em áreas rurais.

Em relação às faixas etárias de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas, verifica-se que no grupo de 0 a 14 anos, a deficiência atinge 7,53%. No grupo de 15 a 64 anos, a relação é de 24,9%, e no grupo de 65 anos ou mais, 67,73%.

Esses dados evidenciam que os maiores índices de pessoas com deficiência estão concentrados nas faixas etárias mais elevadas, ou seja, com o envelhecimento da população surgem mais deficiências, pois em todos os tipos de deficiência houve maior incidência na população de 65 ou mais anos. O processo de envelhecimento está relacionado à perda de funcionalidades. Ressalta-se que a deficiência pode ser congênita ou adquirida ao longo da vida podendo atingir pessoas de todas as idades.

Para que haja a inclusão é necessário pensar na formação dos professores. É de fundamental importância que eles tenham conhecimento a respeito da inclusão ainda na sua formação inicial. Isso, provavelmente, não irá garantir que o professor esteja preparado para todas as situações que aparecerão, mas o ajudará a pensar nas possibilidades da inclusão, a repensar suas estratégias e metodologias de ensino, a procurar onde se pode conseguir mais informações e auxílio.

No Brasil, a única disciplina com temática educação inclusiva/inclusão que hoje é obrigatória para todos os cursos de licenciatura, por meio do decreto nº 5.626, de dezembro de 2005, é a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Porém, seu intuito é a familiarização com a língua dos surdos, e não engloba questões relacionadas à educação de pessoas com outras deficiências, necessariamente.

Diante da relevância da discussão e sensibilização sobre inclusão ser iniciada na formação inicial, o objetivo desta pesquisa é conhecer os cursos de Licenciatura em Química das Universidades Públicas brasileiras. Cabe ressaltar que em cursos de licenciatura de várias instituições de ensino superior existem disciplinas optativas voltadas para a temática da educação inclusiva, todavia elas são muito generalistas e não possuem enfoque específico para os conteúdos característicos desses cursos.

Procedimentos metodológicos

A partir desta pesquisa, foi possível conhecer cursos de Licenciatura em Química das Universidades Públicas brasileiras. O foco principal foi na abordagem do tema durante a graduação. Para isso foram feitas análises detalhadas das ementas desses cursos. Trata-se de

uma pesquisa de análise documental, na qual busca-se, por meio de análise minuciosa detalhada dos documentos, informações que possam responder a questões ou a hipóteses levantadas anteriormente, acerca do problema de pesquisa.

Nessa perspectiva, o primeiro passo foi investigar a presença de disciplinas que abordassem a temática educação inclusiva/inclusão em cursos de Licenciatura em Química. Analisaram-se, nesse estudo, os cursos de licenciatura em Química de sessenta e quatro Universidades Federais, considerando que são as principais formadoras de professores em todo o país.

Iniciou-se uma análise pela internet nos sítios das referidas universidades, buscando identificar a existência de cursos de Licenciatura em Química. Em seguida, foram identificados quais desses cursos contemplavam, em sua grade curricular, disciplinas com a temática educação inclusiva/inclusão. Posteriormente, buscou-se pelas ementas dessas disciplinas nos casos das universidades que ofertam essas disciplinas.

Com base nesse material, iniciou-se a tabulação e a análise visando à construção dos dados que embasam esse trabalho.

Resultados

Os dados revelam que das sessenta e quatro (64) universidades analisadas, cinquenta e três¹ (53) possuem o curso de Licenciatura em Química (gráfico 1). Dessas cinquenta e três universidades, apenas quarenta (40) apresentam disciplinas com a temática educação inclusiva/inclusão (gráfico 2). Foram obtidas vinte e uma (21) ementas dos cursos de Licenciatura em Química.

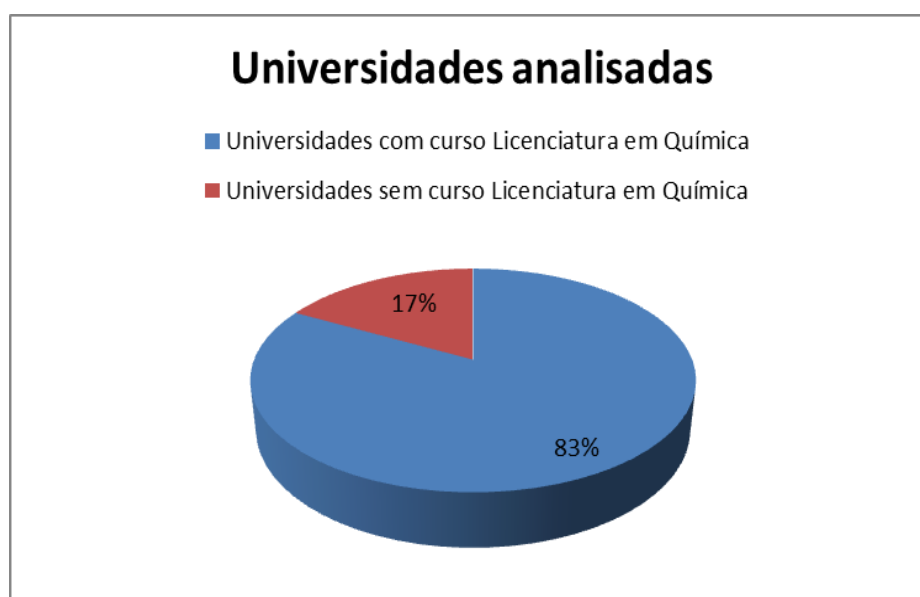


Gráfico 1 - Universidades analisadas

¹ Uma universidade não deixou claro se o curso de Química é licenciatura ou bacharelado.

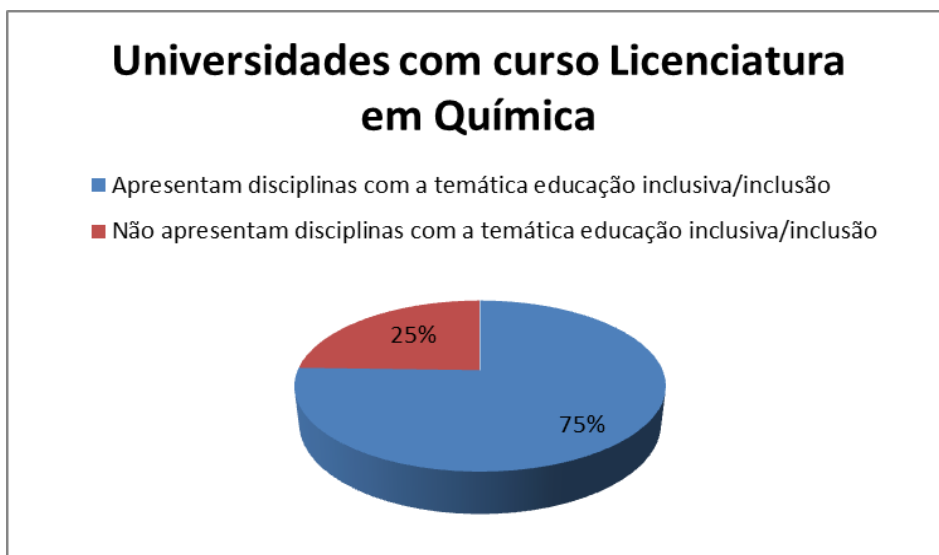


Gráfico 2 – Universidades com curso Licenciatura em Química

Foram analisadas as seguintes ementas:

Universidades com ementas do curso disponíveis
Universidade de Brasília;
Universidade Federal da Grande Dourados;
Universidade Federal de Mato Grosso;
Universidade Federal de Alagoas;
Universidade Federal de Pernambuco;
Universidade Federal de Sergipe;
Universidade Federal de Roraima;
Universidade Federal do Acre;
Universidade Federal do Oeste do Pará;
Universidade Federal de Alfenas;
Universidade Federal de Itajubá;
Universidade Federal de São Carlos;
Universidade Federal de São João del-Rei;
Universidade Federal de Viçosa;
Universidade Federal do ABC;

Universidade Federal do Triângulo Mineiro;
Universidade Federal da Fronteira Sul;
Universidade Federal da Integração Latino-Americana;
Universidade Federal do Paraná;
Universidade Federal do Rio Grande;
Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

As disciplinas dessas universidades são: Introdução a Libras, Libras, Libras I e II, Educação Especial, Educação Especial Inclusiva, Fundamentos de Educação Inclusiva I e II, Tópicos Especiais em Educação Especial, O educando com necessidades especiais, Diversidade e Inclusão I e II, Acessibilidade e Tecnologia assistiva na educação inclusiva e Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais.

Na maioria das disciplinas de Libras são abordadas as noções básicas de libras; os aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez; estrutura linguística e gramatical; cultura surda; especificidades da escrita do aluno surdo; oralismo, comunicação total e bilinguismo; aspectos legais; formação de professores; intérpretes; comunicação entre surdos e ouvintes; educação do surdo; entre outros.

Em Fundamento de Educação Inclusiva I e II são estudadas Libras, educação escolar e metodologia da educação inclusiva. Em educação especial inclusiva são estudadas a educação especial e deficiência mental.

Nas disciplinas Educação Especial são abordadas as deficiências, possibilidade educacional, integração social, educação inclusiva, diversidade, práticas pedagógicas e formação de professores.

Nas disciplinas de Educação Inclusiva promove-se o conhecimento acerca da legislação, educação especial, educação inclusiva, materiais didáticos e inclusão. Na disciplina O Educando com Necessidades Especiais são abordadas as categorias das deficiências; o contexto histórico, sócio, político, cultural e educacional do ensino especial; a diversidade e o papel e a preparação do professor. E na disciplina Diversidade e Inclusão I e II promove-se uma reflexão acerca da exclusão social; inclusão social, estudo das deficiências e papel do professor.

Apenas duas disciplinas tem uma proposta voltada para a Química em si que são Libras, da Universidade Federal de Mato Grosso, que apresenta estudos químicos em sinais e Educação Inclusiva, e da Universidade Federal da Fronteira Sul, que propõe a produção de materiais didáticos voltados ao ensino de Ciências e Química.

Ainda no que concerne à discussão dos resultados, pode-se concluir que todas as disciplinas analisadas contribuem para a formação inicial dos futuros professores de Química, porém entende-se que somente elas não são suficientes para um ensino de ciências inclusivo na área de química. É pertinente mostrar que de todas as disciplinas analisadas, apenas duas abordam questões relativas ao Ensino de Química. Não há, necessariamente, a relação dos aspectos inclusivos com o conteúdo que será ensinado em sala de aula. Neste cenário, entende-se que uma disciplina com a temática educação inclusiva/inclusão que estivesse diretamente

relacionada à área de Química poderia trazer uma melhor contribuição neste teor, com ênfase na Inclusão no Ensino de Ciências, em Química. Os estudantes começariam a refletir quais possibilidades de adaptação poderiam ser feitas levando em conta a deficiência ou as dificuldades de aprendizagem dos seus alunos.

Conclusão

Com essa análise, busca-se evidenciar a insuficiência de preparação na formação dos futuros professores quanto à questão da inclusão educacional. Ainda são muito incipientes as práticas de adequações necessárias, de disseminação de métodos e de ferramentas pedagógicas promotoras da inclusão da pessoa com deficiência nas ações educacionais.

Destaca-se que, para o alcance da formação de professores inclusivos, é essencial que os princípios pedagógicos sejam pensados para a intervenção nos espaços de aprendizagem de modo que facilitem o processo ensino-aprendizagem, garantindo sua efetividade. A criação desses espaços de aprendizagem integra as políticas educacionais do MEC e devem atender aos requisitos de acessibilidade.

Segundo Corrêa (2002), não basta trocar de suporte sem trocar nossas práticas educativas, pois estaremos apenas apresentando uma fachada de modernidade, remodelando o “velho” em novos artefatos.

Além do conhecimento teórico desenvolvido na formação de professores, faz-se preciso um vasto repertório de possibilidades para tornar a aprendizagem na educação uma ferramenta promotora da inclusão, por meio de estratégias acessíveis baseadas no desenho universal, com uso de tecnologias assistivas, frisando as adaptações e as adequações necessárias. A partir destas contribuições, é possível corroborar para o desenvolvimento na área de ensino de ciências.

Em suma, espera-se que sejam efetivadas propostas de educação inclusiva na formação dos futuros professores de Química ou até mesmo que sejam criadas disciplinas relacionadas ao ensino inclusivo de Ciências/Química, partindo do pressuposto que existe uma insuficiência na preparação e formação deles no sentido de desenvolver seu trabalho dentro da perspectiva inclusiva. O ensino de ciências inclusivo precisa ser enfatizado em sala de aula. Vale ressaltar que esta pesquisa proporcionou um suporte para tais afirmações, a partir dos problemas que foram levantados.

É de grande valia afirmar que ocorreram muitas transformações e mudanças sociais, entre as quais a inclusão tem sido objeto de modificação. A inclusão escolar precisa de maior destaque e, como consequência, terá melhor compreensão das pessoas e, em específico, dos profissionais relacionados à educação.

A deficiência não deve ser vista como um problema, pois ela não impede que a pessoa tenha uma vida saudável e com qualidade. O respeito à diversidade é a base para o entendimento de que a pessoa tem uma deficiência e não que ela é uma deficiência.

No contexto da pessoa com deficiência, a inclusão significa a transformação do sistema educacional e requer a organização dos recursos necessários para alcançar os objetivos e as metas para uma educação de qualidade para todos, primando pelo princípio da equidade.

No entanto, para a concretização dessas estratégias, faz-se necessário romper com velhos conceitos e promover uma verdadeira transformação social. Apesar dos esforços empenhados para a concretização dessa inclusão, é essencial uma continuidade nas ações norteadoras desse processo. Saviani (2008) afirma que a descontinuidade de políticas educacionais é uma marca

na história da educação brasileira. O processo da inclusão educacional da pessoa com deficiência não é diferente. Em suma, precisamos entendê-la como uma necessidade global.

Agradecimentos e apoios

Para que este trabalho fosse realizado, foram necessárias a colaboração e a disponibilização das informações por parte das instituições analisadas. Sendo assim, destaca-se o agradecimento às referidas instituições.

Referências

BRASIL. Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: dezembro 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: dezembro 2013.

CORRÊA, J. Novas tecnologias da informação e da comunicação; novas estratégias de ensino/aprendizagem. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) – Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, DF: CORDE/UNESCO, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em Educação Especial. Genebra, 1994.

SAVIANI, D. O novo Plano Nacional de Educação. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SDH/PR, S. D. D. H. D. P. D. R. Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiência. [S.l.]. 2012.

VYGOTSKY, L. S. Obras escogidas II (Incluye Pensamento y Lenguaje Conferências. 2. ed. Madrid: Machado Livros, 2001.